

“OBEDEÇO, MAS NÃO CUMPRO!”:
diálogos entre as Independências Hispano-
americanas e os livros didáticos brasileiros

“¡OBEDEZCO, PERO NO CUMPLO!”:
diálogos entre las Independencias
Hispanoamericanas e los manuales escolares
brasileños

LUIZ FELIPE DOS SANTOS NARCISO¹

Data em que o trabalho foi submetido: **28/02/2024**

Data em que o trabalho foi aceito: **02/05/2024**

¹Graduando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Este artigo é desdobramento da bolsa de monitoria intitulada “A disciplina de América III e o ensino de História da América” realizada com orientação do professor Rafael Pinheiro de Araújo na disciplina de História da América III (IFCH01-00690). E-mail para contato: lfelipesnarciso@gmail.com

“OBEDEÇO, MAS NÃO CUMPRO!”:
diálogos entre as Independências Hispano-americanas e os livros didáticos
brasileiros

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar como o tema das Independências da América Hispânica é trabalhado em cinco livros didáticos do Ensino Médio, são eles: “História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio”, de Myriam Becho Mota e Patrícia Ramos Braick (2002); “História, Sociedade e Cidadania – 2º ano”, de Alfredo Boulos (2016); “História: Volume 2”, de Ronaldo Vainfas et al (2016); “História Geral”, de Cláudio Vicentino (2006) e “A Escrita da História”, de Flávio de Campos e Regina Claro (2009). A análise aqui proposta será realizada por meio da escolha de alguns eixos temáticos como os precedentes das independências, os processos e o reconhecimento da agência de outros sujeitos e da posterior comparação entre as abordagens destes elementos nas obras elencadas acima, tendo como respaldo teórico-metodológico os trabalhos de Helenice Rocha, Jean Carlos Moreno e Jeferson Rodrigo da Silva sobre a análise de conteúdos de livros didáticos e o conceito de transposição didática, utilizado por Ana Maria Monteiro.

Palavras-chave: Ensino de História. História da América. Independências da América Hispânica.

“¡OBEDEZCO, PERO NO CUMPLO!”:

Diálogos entre las Independencias Hispanoamericanas e los manuales escolares brasileños

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar como se trabaja el tema de la Independencia de Hispanoamérica en cinco libros de texto de secundaria brasileña. Son ellos: “História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio”, de Myriam Becho Mota e Patrícia Ramos Braick (2002); “História, Sociedade e Cidadania – 2º ano”, de Alfredo Boulos (2016); “História: Volume 2”, de Ronaldo Vainfas et al (2016); “História Geral”, de Cláudio Vicentino (2006) e “A Escrita da História”, de Flávio de Campos e Regina Claro (2009). El análisis aquí propuesto se realizará mediante la elección de algunos ejes temáticos como los precedentes de las independencias, los procesos y el reconocimiento de la agencia de otros sujetos e de la posterior comparación entre los abordajes de estos elementos en las obras enumeradas arriba, teniendo como respaldo teórico-metodológico los trabajos de Helenice Rocha, Jean Carlos Moreno y Jeferson Rodrigo da Silva sobre el análisis de los contenidos de los libros de texto y el concepto de transposición didáctica, utilizado por Ana Maria Monteiro.

Palabras-claves: Enseñanza de la Historia. Historia de América. Independência de Hispanoamérica.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As décadas de 2010 e 2020 foram marcadas pelas comemorações dos bicentenários das Independências dos países da América Latina, sendo amplamente mobilizadas pelos governantes locais, independentemente das suas ideologias políticas. Alguns exemplos foram: a utilização da imagem de Simón Bolívar pelo líder venezuelano Hugo Chávez e a vinda do coração de D. Pedro I em ocasião dos festejos pelo bicentenário da Independência do Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro.

Diante dessas constantes mobilizações das imagens de figuras simbólicas para as identidades nacionais latino-americanas, faz-se necessário pensar como os eventos encabeçados por essas personalidades estão representados nos livros didáticos de História, ou seja, como o conteúdo das Independências da América Hispânica está sendo abordado.

Com este objetivo, foram escolhidos cinco livros didáticos para serem analisados, são eles: “História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio”, de Myriam Becho Mota e Patrícia Ramos Braick (2002); “História, Sociedade e Cidadania – 2º ano”, de Alfredo Boulos (2016); “História: Volume 2”, de Ronaldo Vainfas et al (2016); “História Geral”, de Cláudio Vicentino (2006) e “A Escrita da História”, de Flávio de Campos e Regina Claro (2009).

Para conduzir este trabalho, será feito, em um primeiro momento, um debate historiográfico entre os principais autores que se debruçaram sobre o tema das independências hispano-americanas, como Manuel Chust, Alfredo Ávila, Pierre Chaunu, entre outros. Posteriormente, os livros didáticos serão analisados, tendo como respaldo o referencial teórico-metodológico sobre a análise de conteúdos, propostos por Helenice Rocha (2020), Jean Carlos Moreno (2012) e Jeferson Rodrigo da Silva (2011), e as ilações de Ana Maria Monteiro (2003) sobre o conceito de transposição didática.

Ademais, a análise que será realizada nos livros didáticos dar-se-á, num primeiro momento, por meio da escolha de três eixos temáticos: os precedentes das independências, os processos e o reconhecimento da participação e agência de outros sujeitos, como as mulheres, os povos originários e os escravizados. Em seguida, será feita uma comparação entre as abordagens dos temas acima nos livros escolhidos.

UMA INTRODUÇÃO À HISTORIOGRAFIA DAS INDEPENDÊNCIAS

Conforme foi abordado anteriormente, as festividades relacionadas aos bicentenários das independências latino-americanas ensejaram uma variedade de trabalhos acerca das emancipações nacionais. No entanto, desde as décadas de 1980 e 1990, uma série de autores já vinha se debruçando sobre estas temáticas com o intuito de fornecer novas interpretações que refutassem a permanência de abordagens dissonantes ainda recorrentes (Ávila, 2008, p.12).

Alfredo Ávila aponta em seu artigo intitulado *Las revoluciones hispanoamericanas vistas desde el siglo XXI* que nestas décadas destacaram-se as contribuições de autores como Tulio Halperín Donghi, José Carlos Chiaramonte, Pierre Chaunu e François-Xavier Guerra, expoentes daquilo que o autor classifica como revisionismo (Ávila, 2008, p.13).

A principal característica dessa corrente revisionista é a resignificação das narrativas dos processos de independência hispano-americana. Há uma abordagem que intenciona questionar e criticar a ideia de que os movimentos de emancipação foram consequência da nação e do nacionalismo já existentes (Ávila, 2008) Ao proporem essa nova chave interpretativa, os autores defenderam as ideias principais de que as insurgências não visavam à construção de um Estado soberano, assim como a ideologia nacionalista e as consciências nacionais foram forjadas num momento posterior ou durante as lutas pela emancipação, e não antes como a historiografia vigente defendia (Ávila, 2008, p.16 - 17).

Essas proposições sobre a incapacidade de afirmar que as independências foram consequência de uma ideia de nação concebida e de um nacionalismo já existente tiveram como principal expoente o historiador François-Xavier Guerra, que se debruçou de forma minuciosa sobre a questão da nação na América Hispânica. Nesta chave interpretativa, uma das principais contribuições de Guerra pôs em evidência o quão incongruente era pensar a formação do nacionalismo na América da mesma forma como a “questão nacional” foi posta na Europa durante o século XIX (Guerra, 1999, p.10).

Guerra também apontou que um dos principais problemas ao se forjar as identidades nacionais locais seria constituí-las partindo-se de nacionalidades comuns, uma vez que antes de serem “argentinos”, por exemplo, os habitantes dos vice-reinos

espanhóis reconheciam-se como integrantes da monarquia espanhola e, posteriormente, como americanos (Guerra, 1999). O autor também aponta que esse processo de mudança no reconhecimento das identidades deu-se a partir do processo desencadeado pela invasão napoleônica à Espanha, ocorrida em 1808, quando a monarquia espanhola vivenciou aquilo que ele concebeu como “acefalia” (Guerra, 1999, p.19).

Esse processo de “acefalia”, causado pela invasão francesa à Espanha, ocorreu porque Napoleão forçou a abdicação do rei Carlos IV e, posteriormente, depôs Fernando VII, colocando em seu lugar José Bonaparte. Com a abdicação forçada do primeiro rei e a deposição do segundo, os habitantes do Império Espanhol, tanto os peninsulares quanto os americanos, reivindicaram para si os poderes detidos pelo rei, em nome do princípio de soberania dos *pueblos* (Guerra, 1999, p.19). Defender esse princípio significava, naquele contexto, manter a lealdade ao rei deposto e evocar as autonomias locais, sem demonstrar qualquer interesse pelas independências, pois, segundo o autor, a formação das juntas não significou o independentismo (Guerra, 1999, p.22).

Outro elemento que corrobora a importância de François-Xavier Guerra para os debates historiográficos é a centralidade que ele concede ao ano de 1808, algo que é reconhecido por outros historiadores como Pierre Chaunu, Alfredo Ávila e Manuel Chust (Chaunu, 1987, p.166; Ávila, 2008, p.19; Chust, 2008, p.247). Chaunu estabelece o ano de 1808 como marco do processo que ele concebeu como a quebra dos impérios ibéricos, que se estendeu até 1824 (1987, p. 166). Chust, por sua vez, também corrobora esta tendência ao utilizar esse ano para demarcar a temporalidade que ele concebe como tempo curto (Chust, 2008, p.247).

Em seu artigo intitulado “Reflexões sobre as Independências Ibero-americanas”, Manuel Chust aponta três temporalidades para analisar o fenômeno das emancipações na América Hispânica. São elas: os tempos curto, médio e longo, retomando em grande medida a perspectiva braudeliana (Chust, 2008, p.245 - 247). A primeira temporalidade, o tempo curto, é demarcada pelo autor como o período que se estende de 1808 a 1826, aumentando dois anos em relação à periodização apresentada por Chaunu, pois Chust leva em consideração a permanência dos espanhóis no arquipélago de Chiloé².

² Em 1826, os espanhóis foram finalmente expulsos do arquipélago de Chiloé e, este foi incorporado ao Estado Chileno.

Nessa temporalidade, destacam-se a invasão napoleônica à Espanha e os seus desdobramentos, a formação das juntas governativas em ambas as partes do Império Espanhol, a convocação das Cortes de Cádiz, a promulgação da Constituição de Cádiz e a sua anulação após o retorno do rei Fernando VII e, por fim, a conquista das independências. Ao analisar esses eventos, Chust reitera aquilo que foi exposto por Guerra acerca da natureza dos movimentos quando deu início em 1808, apontando que as concepções independentistas eram inexistentes até, pelo menos, 1810 (Chust, 2008, p. 252).

Ao discorrer sobre o tempo médio, o autor insere alguns eventos ocorridos no período entre 1796 e 1830, relacionados à aproximação da Espanha com a França e, as suas consequências, sendo a mais destacada delas a invasão do porto de Buenos Aires pelos britânicos, entre 1806 e 1807 (Chust, 2008, p.246-247). No que concerne ao tempo longo, são levados em consideração os eventos ocorridos entre 1750 e 1850, que se relacionam ao contexto das Reformas Bourbonicas e das Revoluções Atlânticas (Chust, 2008, p.246).

Alguns desses eventos relevantes foram as Revoluções Industriais, francesa e haitiana, a Independência das Treze Colônias, a Guerra dos Sete Anos, as ondas liberais de 1820 e 1830 e a Primavera dos Povos. A importância de dois desses eventos também é destacada por Chaunu, a Revolução Francesa e a Independência das Treze Colônias, já que suas influências fizeram-se sentir nos processos de emancipação da América Hispânica. Para ilustrar essa afirmação, o autor utiliza como exemplo a Constituição de Apatzingán, estabelecida no México em 1814, que teve seus ideais bastante norteados pelos processos estadunidense e francês (Chaunu, 1987, p.155).

Chaunu também aborda os impactos que a chamada “Idade das Luzes” teve no espaço hispano-americano, o que muitas vezes passa despercebido. O autor denota a importância da difusão de panfletos, periódicos e livros, além das reuniões realizadas nos cafés e salões literários, ou aquelas promovidas em segredo por organizações como as sociedades científicas e literárias (Chaunu, 1987, p.154). Todos esses elementos evidenciam as influências vindas dos processos revolucionários ocorridos nos Estados Unidos e na França e que foram responsáveis por forjar o pensamento político das emancipações.

As abordagens de todos esses autores, em maior ou menor grau, refuta a historiografia conhecida tradicionalmente como “História de Bronze”, que vigorava até os anos 1950 (Chust, 2008, p.244). Esta era marcada pela idealização dos movimentos de independência, considerados desdobramentos de nacionalismos já existentes, e pelo foco nas figuras dos grandes heróis nacionais, como Simón Bolívar, José de San Martín, Bernardo O’Higgins, José Sucre, etc.

Alfredo Ávila ao discorrer sobre a historiografia revisionista, que contrapôs a dita “História de Bronze”, aponta que esta última surgiu no século XIX, após as independências, quando era necessário forjar o nacionalismo e a nacionalidade, fundamentos basilares dos Estados recém-nascidos (Ávila, 2008, p. 13). Por conta dessa necessidade, tanto o fenômeno das independências quanto os seus líderes passaram por um processo de mistificação, que foi consagrado nos manuais escolares, conforme Chaunu apresenta (Chaunu, 1987, p. 154).

Outro impacto dessas abordagens nacionalistas era a ideia de que alguns movimentos anteriores às emancipações carregavam consigo alguma carga de nacionalismo e de ideais independentistas, sendo assim considerados precursores. Alguns exemplos desses eventos que foram interpretados como movimentos precursores foram as rebeliões indígenas ocorridas no século XVIII, sendo a rebelião de Túpac Amaru II, ocorrida em 1780, o caso mais destacado.

Foi a partir dos anos 1970 que a historiografia sobre as independências hispano-americanas passou por uma renovação que se deveu em grande medida, ao surgimento de novas abordagens pelas quais a própria Historiografia também passava. Uma dessas abordagens, vinda da História Social, resultou no reconhecimento da agência de outros sujeitos, como os indígenas, os escravizados e as mulheres (Chust, 2008, p.244).

Sobre a importância do reconhecimento da agência de outros sujeitos, convém destacar o trabalho das autoras Maria Lígia Prado e Gabriela Pellegrino, ambas professoras da Universidade de São Paulo. Em seu livro “História da América Latina”, as autoras apresentam algumas personagens que tiveram destacada atuação no contexto das guerras pela independência, mas que foram silenciadas durante anos pela “História de Bronze”.

Dentre algumas que foram apresentadas pelas autoras, destacam-se: Manuela Sáenz, Policarpa Salvarrieta e Juana Azurduy de Padilla (Prado; Pellegrino, 2020, p.38-

39), sem falar em outras tantas que atuaram como soldados, mensageiras ou admiradoras da causa da independência. Para além das mulheres, Prado e Pellegrino também abordam a importância de outros sujeitos como os indígenas e os escravizados, apontando que esses agentes foram utilizados para encorpar as fileiras dos exércitos e que alguns escravizados que se alistaram receberam a concessão de alforrias (Prado; Pellegrino, 2020, p.34).

Além de destacarem as participações de outros sujeitos, as autoras também corroboram em grande medida o que os demais autores aqui debatidos apresentaram. Prado e Pellegrino contextualizaram o reformismo borbônico, dando ênfase ao período compreendido entre os anos de 1759 e 1788, quando do reinado de Carlos III e auge do ímpeto reformista espanhol (Prado; Pellegrino, 2020, p.27). É conveniente apontar que este reformismo borbônico foi a resposta da monarquia espanhola à crise de seus domínios coloniais, e que teve como algumas características a centralização da administração nas mãos dos peninsulares e a reorganização administrativa com o intuito de favorecer essa centralização, bem como o aumento das taxações.

A partir dessas características, é possível compreender duas de suas principais consequências: o aumento da exploração dos indígenas e o descontentamento dos *criollos*³. Estes dois elementos devem ser levados em consideração para analisar a ocorrência das rebeliões indígenas, com destaque para a supracitada Revolta de *Túpac Amaru*, e o porquê dos movimentos de independência terem iniciado com uma feição autonomista em 1808. Este último elemento é inclusive reiterado pelas autoras, já que elas apontam que os movimentos iniciaram-se por meio de juntas autônomas e posteriormente radicalizaram-se (Prado; Pellegrino, 2020, p.28).

Em suma, pode-se inferir que as abordagens historiográficas atuais acerca do tema das Independências da América Hispânica apontam para uma interpretação crítica em relação à ideia de que o fenômeno das emancipações foi desdobramento de um nacionalismo e de nações pré-existentes, além, é claro, de levarem em consideração as duas dimensões dos movimentos de independência, a europeia e a americana, e considerarem a participação de sujeitos outros, que não apenas os grandes heróis

³ Nome pelo qual ficaram conhecidos os filhos de espanhóis nascidos na América. Estes, embora fossem detentores do poder econômico, permaneciam aliados do poder político, algo que se agravou em decorrência das reformas borbônicas.

nacionais. Tendo feito esta apresentação, convém partir para o momento de análise dos livros didáticos, que buscará aferir se estes livros estão em consonância ou não com os debates atuais sobre este tema.

AS INDEPENDÊNCIAS DA AMÉRICA HISPÂNICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO

Antes de partir propriamente para a análise dos cinco livros didáticos escolhidos, convém fazer uma introdução ao debate teórico-metodológico que respalda este processo de análise. Assim, é pertinente ressaltar as considerações feitas por Jeferson Rodrigo da Silva (2011), Jean Carlos Moreno (2012) e Helenice Rocha (2020) acerca dos procedimentos necessários para se investigar os conteúdos presentes nos livros, bem como as suas potencialidades enquanto fonte histórica.

Em seus textos, os três autores apontam para o reconhecimento do livro didático como fonte histórica, esse reconhecimento, no entanto, vem acompanhado de uma complexidade concernente ao próprio livro, que é a pluralidade de abordagens que podem ser feitas, ficando a escolha a critério do pesquisador. Acerca desta complexidade, é conveniente destacar uma fala do historiador francês Alain Choppin, renomado pesquisador da História da Leitura e dos Livros Didáticos, que aponta que estes livros estão situados “no cruzamento da cultura, da pedagogia, da produção editorial e da sociedade” (Choppin, 2004, p.58 apud Moreno, 2012, p.719).

Dentre as abordagens possíveis, a mais recorrente é a análise dos conteúdos (Silva, 2011; Rocha, 2020). No entanto, esta alternativa de abordagem, embora seja a mais recorrente, é a mais criticada, justamente por tender a uma espécie de lugar comum: o que falta nos livros didáticos; o que se revelou bastante problemático e frágil nos dias atuais (Rocha, 2020, p.97).

Dentre os autores citados anteriormente, dois deles destacam em suas obras a importância de levar em consideração o mercado editorial por trás da produção dos livros didáticos, bem como o papel desempenhado pelos autores e editores (Silva, 2011; Moreno, 2012). Sobre esta relação, sabe-se que além de sua função didática, os livros também têm função mercadológica, o que faz com que tenham que atender aos interesses do mercado cujas demandas influenciam diretamente na escolha da disposição dos elementos.

Para que se possa compreender o que há por trás da disposição dos elementos, deve-se levar em consideração também o papel desempenhado pela dupla autor-editor (Silva, 2011, p.181). Essas figuras são responsáveis pela organização de todo o esquema visual dos manuais didáticos, desde o texto até as imagens, ou até mesmo a qualidade do papel (Silva, 2011, p.182). Assim, torna-se necessário, ao analisar os livros didáticos, que se conjuguem os elementos explícitos e aqueles implícitos, constituindo aquilo que Silva concebe como “protocolos de leitura” (Silva, 2011, p.181).

Em seu texto intitulado “Esfinge ou Caleidoscópio? O desafio da pesquisa em livros didáticos de História”, Helenice Rocha aponta os dois principais métodos utilizados na realização de análises de conteúdos presentes em livros didáticos, são eles: um indagativo e outro mais simbólico (Rocha, 2020, p.94).⁴ O primeiro dá-se por meio da verificação da qualidade da informação veiculada, tais como: “É correta? É verdadeira? É atualizada? É pertinente?” (Rocha, 2020, p.94). O segundo, por sua vez, está voltado para os sentidos mobilizados pela escolha de determinados discursos e informações, bem como os seus impactos sobre o desenvolvimento cognitivo e a formação de identidades (Rocha, 2020, p.94).

Rocha também aborda nesse texto a relação existente entre os saberes acadêmicos e escolares, o que retoma em grande medida o conceito de transposição didática, proposto por Ana Maria Monteiro (2003). Monteiro apresenta esse conceito como a distância entre o saber produzido e aquele ensinado (Monteiro, 2003, p.14). Essa distância explica-se pelo fato das atualizações de conteúdos ocorrerem lentamente, além de ser resultado da necessidade de simplificação da linguagem para atender a um público mais amplo, que pode ser formado por crianças, adolescentes, adultos e idosos (Monteiro, 2003, p.11-14). Assim, pode-se dizer que a transposição didática pressupõe uma deformação no conteúdo para que ele possa ser ensinado (Monteiro, 2003, p.13).

Em seu projeto de pesquisa intitulado “Narrativa Histórica”,⁵ Helenice Rocha aponta dois procedimentos a serem usados para analisar como um conteúdo é apresentado em livros didáticos. O primeiro consiste no levantamento de alguns dados, como os sujeitos, os fatos detonadores, os conceitos presentes e o tempo e lugar dos

⁴ É importante pontuar que a autora não utiliza estes nomes específicos, foi feita esta escolha neste trabalho de modo a atender a finalidades didáticas.

⁵ Para mais informações sobre o projeto, ver *Narrativa Histórica*. Disponível em: <<http://narrativahistorica.com.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

acontecimentos. Em seguida, a comparação das informações com aquelas presentes em outros manuais com o intuito de avaliar se existem recorrências (Rocha, 2020, p.100).

Tendo como base os procedimentos metodológicos apresentados por Rocha, somados ao conceito de transposição didática presente no trabalho de Monteiro, bem como as ponderações de Moreno e Silva, convém analisar como o tema das Independências hispano-americanas é apresentado em cinco livros didáticos, que foram apresentados no início deste artigo. Dentre os elementos apresentados acima, foram escolhidos três deles para serem levados em conta: os fatos detonadores, o tempo e lugar dos acontecimentos e os sujeitos.

É conveniente pontuar também que este trabalho não busca fazer juízos de valor sobre as obras e os autores, tampouco qualificá-los ou desqualificá-los. A proposta principal aqui é a de analisar o conteúdo e a sua recorrência nos livros didáticos, buscando, por meio do foco em três elementos de análise, observar se a forma com a qual este conteúdo está sendo veiculado encontra-se em consonância com as mais recentes discussões historiográficas acerca do assunto.

O primeiro item a ser analisado são os antecedentes dos movimentos emancipacionistas. Nesta seção, o principal objetivo é verificar quais são os eventos que receberam maior destaque para a compreensão das independências, levando em consideração a historiografia apresentada anteriormente, sobretudo o que foi apresentado por Pierre Chaunu e Manuel Chust.

Quase todos os livros, com exceção de “História Geral”, apresentam os impactos do reformismo borbônico como motivo propulsor para o descontentamento dos *criollos* no contexto das independências. Dentre as principais características evocadas pelos autores ao abordarem estas reformas tem-se: o aumento das taxas, o aumento da exploração dos indígenas, a maior fiscalização da Coroa sobre os negócios coloniais e o aumento da presença dos peninsulares⁶ nos cargos administrativos em detrimento do interesse da elite *criolla*.

Um ponto interessante é que, embora os manuais didáticos tratem do reformismo, nenhum deles utiliza explicitamente o termo “reformismo borbônico” ou “reformas borbônicas” para se referirem ao ímpeto reformista metropolitano, que caracterizou a

⁶ Nome pelo qual eram conhecidos os espanhóis atuantes na América, que exerciam o poder político na colônia. Também chamados de *chapetones*.

relação da Espanha com suas possessões na segunda metade do século XVIII, quando se deu de modo mais incisivo. Um dos livros, “História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio”, chega inclusive a dedicar um *boxe* contendo uma citação de Marc Ferro para apresentar o porquê da necessidade destas reformas.

Os colonos estavam acostumados a driblar as leis: ‘Obedezco, pero no cumplo’. Com Carlos III, os Bourbons da Espanha quiseram mudar essa situação, tornar o Estado eficaz, tirar melhor proveito das colônias ultramarinas. [...] Para mudar isso, Carlos III e os Bourbons esperavam controlar novamente a administração das colônias, promovendo uma ‘modernização’ a ser feita pelos funcionários ou por personalidades vindas da metrópole [...] (Ferro, 1996 apud Mota; Braick, 2002, p.313).

Outro elemento que convém ser mencionado é a frase em espanhol que consta na citação acima, que em português corresponde a “Obedeço, mas não cumpro”. Mota e Braick utilizam esta frase para ilustrar a tendência autonomista existente desde o contexto da colonização, quando em diversos momentos as determinações da Coroa foram “dribladas” pela elite das colônias (Mota; Braick, 2002, p.312). É conveniente ser mencionado também que a importância concedida a este autonomismo é bastante evidenciada no capítulo por meio da frase acima, chegando inclusive a ser o título do capítulo 35, onde constam os processos de independência (Mota; Braick, 2002, p. 310).

Dentre os antecedentes, um evento destacado em todos os livros aqui analisados foi a Revolta de Tupac Amaru, ocorrida em 1780. Essa revolta é apresentada como uma rebelião indígena em que o seu líder José Gabriel Condorcanqui resgatou a memória de seu antepassado incaico e proclamou-se Tupac Amaru II para lutar contra a exploração dos indígenas. Sobre essa revolta, dois livros destacam como sendo seu impacto principal o temor de um levante da maioria indígena contra a minoria branca, o que fez com que o Vice-Reino do Peru mantivesse sua lealdade à Coroa Espanhola e resistisse às campanhas pela independência (Vainfas et al, 2016, p.52; Boulos, 2016, p.179).

Outras duas abordagens apresentadas acerca dessa rebelião também merecem ser destacadas. O livro “História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio” ao abordar não apenas a Revolta de Tupac Amaru, mas também outras ocorridas no século XVIII,⁷ aponta que

⁷ As outras revoltas mencionadas são: A Revolta de José de Antequera y Castro, ocorrida no Paraguai, em 1721; O Levante de Cochabamba, na atual Bolívia, em 1730; A Revolta de Juan Francisco de León, ocorrida em 1749 na Venezuela; A Revolta dos *criollos* em Quito, no Equador, em 1765 e a Revolta da Nova Granada, em 1780.

esses movimentos não buscavam a ruptura do sistema colonial (Mota; Braick, 2002, p.314). No entanto, o livro “História Geral” insere tanto esta rebelião, quanto o movimento iniciado por Francisco de Miranda na Venezuela, em 1811, como movimentos precursores das independências (Vicentino, 2006, p.324), o que ainda evidencia a permanência de vestígios da historiografia criticada pelos autores revisionistas abordados anteriormente.

Ainda sobre os antecedentes, apenas dois livros abordam, ainda que de maneiras distintas, os impactos de outros eventos da Era das Revoluções, como a Independência das Treze Colônias e as Revoluções Francesa e Industrial. Cláudio Vicentino apresenta de forma mais enfática as influências destes três eventos (Vicentino, 2006, p.323), ao passo que as autoras Myriam Becho Mota e Patrícia Ramos Braick fazem uma ligeira menção (Mota; Braick, 2002, p.314).

No entanto, as duas autoras citadas mencionam de forma bastante detalhada a importância da difusão de panfletos e da atuação das sociedades literárias (Mota; Braick, 2002, p.314), relacionando-as aos impactos das ideias iluministas. Outro elemento destacado foi a importância da Maçonaria, que é corroborada pela informação de que alguns dos líderes das independências eram maçons, como Simón Bolívar, José de San Martín e Bernardo O’Higgins (Mota; Braick, 2002, p.312).

Ainda sobre os antecedentes, Mota e Braick apontam os impactos da Guerra de Sucessão Espanhola⁸ para a relação do Império Espanhol com suas colônias. Os dois principais impactos foram os direitos de *asiento* e *permiso*, concedidos aos britânicos por conta da derrota espanhola neste conflito. As autoras utilizam-se desta explicação para contextualizar o porquê das reformas bourbônicas. Em suas palavras:

Além dos movimentos de rebeldia, merecem destaque dois fatores que aceleraram a ruptura do pacto colonial nas colônias espanholas da América: o direito de *asiento* e o *permiso*, obtidos pelos ingleses em decorrência da Guerra de Sucessão Espanhola. [...] A Inglaterra também foi favorecida do ponto de vista comercial, uma vez que o país passou a ter o direito de *asiento de negros* (direito de fornecimento anual de 4.800 escravos africanos às colônias espanholas pelo prazo de 30 anos). Os ingleses também receberam o privilégio de enviar um navio por ano às colônias espanholas, para a venda direta de produtos manufaturados na região: era o *navio de permiso* (Mota; Braick, 2002, p.314).

⁸ A Guerra de Sucessão Espanhola foi o conflito ocorrido entre 1701 e 1714, que opôs os franceses e espanhóis a uma coligação formada por Inglaterra, Áustria e Portugal.

Em relação aos processos de independência, todos os manuais didáticos aqui analisados utilizam como marco inicial a invasão napoleônica à Espanha, reiterando o que fora exposto por Prado e Pellegrino no livro “História da América Latina” sobre a necessidade de se analisar também a dimensão europeia dos eventos que levaram às emancipações (Prado; Pellegrino, 2020, p.25-27). Ao longo das narrativas, quase todos os manuais, com exceção de “História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio”, relacionam a ocupação da Espanha pelas tropas napoleônicas à deposição do monarca espanhol, à formação de Juntas Governativas, defensoras da lealdade a Fernando VII, e à promulgação das Constituição de Cádiz pelas Cortes de Cádiz.

Sobre a Constituição de Cádiz, um dos livros, “História, Sociedade e Cidadania”, destaca algumas características desta constituição, como a soberania popular, a liberdade de imprensa, a substituição da monarquia absolutista por uma monarquia constitucional parlamentar, a abolição do tributo pago pelas comunidades indígenas e a implementação do sufrágio universal (Boulos, 2016, p. 183). Além de pontuar que as Cortes de Cádiz contaram também com a presença de deputados americanos (Boulos, 2016, p.183).

Esse mesmo autor divide os processos de independência em duas fases, a primeira compreende o período de 1810 a 1815, marcado pelo empenho das forças dirigentes em manter lealdade ao rei deposto e expulsar os franceses do território espanhol; o segundo momento, por sua vez, se estende de 1815 até 1824, quando da anulação da Constituição de Cádiz até a conquista das independências (Boulos, 2016, p.184).

Algo curioso de ser pontuado é que um dos manuais, “A Escrita da História”, comete certa incongruência cronológica ao apontar que: “a partir de 1812, com muitas dificuldades, o rei Fernando iniciou o restabelecimento do pacto colonial” (Campos; Claro, 2009, p.382), uma vez que Fernando VII retomou o poder apenas em 1814, quando anulou a Constituição de Cádiz e restabeleceu o absolutismo (Chust, 2008, p.257). No entanto, pode-se levantar a hipótese de que tal incongruência ocorreu para que a narrativa lógica do livro fizesse sentido, pois anteriormente os autores fazem menção ao movimento iniciado em 1811, na Venezuela, por Francisco de Miranda. Segundo Campos e Claro:

Em 1811, aproveitando-se da situação, um congresso reuniu-se em Caracas e proclamou a emancipação política da Venezuela. A Constituição venezuelana

reproduzia, quase literalmente, os termos da Constituição norte-americana (Campos; Claro, 2009, p.382).

Quatro dos livros analisados, com exceção de “História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio”, abordam aspectos factuais das Independências; recorrendo parcialmente à “História de Bronze” para destacar a participação dos grandes libertadores nas independências de países específicos, a exemplo de José de San Martín na Independência da Argentina (1816) e no processo chileno (1818), contando com o auxílio de Bernardo O’Higgins, e de Simón Bolívar nas Independências da Venezuela, Colômbia, Equador e do Alto Peru. Pode-se dizer que esta opção dos autores em recorrerem, ainda que parcialmente, à dita “História de Bronze” não foi prejudicial à narrativa, pois seria impossível abordar especificamente todos os processos em sua concretude.

Todos os livros debruçaram-se em maior ou menor grau no processo de Independência do México, com o intuito de ressaltar, sobretudo, a participação popular, destacadamente indígena, e a especificidade monárquica vivenciada brevemente pelos mexicanos, quando Itúrbide proclamou-se imperador. Ainda sobre o caso mexicano, um dos livros, “História: Volume 2”, chega inclusive a apontar que o temor de um levante orquestrado pelas camadas populares foi responsável pela manutenção da lealdade à Espanha no Peru e no México (Vainfas et al, 2016, p.52).

Ainda sobre os processos, três livros destacam o evento conhecido como Encontro de Guayaquil, ocorrido em 1822, quando Simón Bolívar e José de San Martín reuniram-se com o intuito de discutir uma estratégia para a libertação do Alto Peru, onde o poder espanhol ainda se mantinha. Após esse encontro, San Martín afastou-se das campanhas pela independência e, a libertação da região mencionada coube a Bolívar e a José Sucre.

Dois dos livros, “História, Sociedade e Cidadania” e “História Geral”, apontam que o teor das discussões é até hoje desconhecido (Boulos, 2016, p.186; Vicentino, 2006, p.327); em “A Escrita da História”, por sua vez, é apontado que as divergências entre os líderes ocorreram por conta das propostas monárquicas de San Martín, que foram rechaçadas neste colóquio (Campos; Claro, 2009, p.383). No entanto, as três obras apresentaram que a partir dali as campanhas pela independência foram conduzidas por Bolívar.

No que concerne aos eventos posteriores às independências, quando da formação dos Estados Nacionais na América Latina, poucos elementos tiveram destaque, alguns

deles foram o fracasso do pan-americanismo de Simón Bolívar, a dependência econômica latino-americana e o caudilhismo, e por conta deste último, Boulos fez menção ao conflito entre unitários e federalistas na atual Argentina, findado apenas em 1862, quando Mitre unificou o país (Boulos, 2016, p. 189).

Sobre o caudilhismo, dois dos livros analisados, “História Geral” e “História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio”, apresentam uma citação do verbete presente no Dicionário de Política, organizado por Norberto Bobbio, para apresentar o fenômeno (Morta; Braick, 2002, p.315; Vicentino, 2006, p.328).

O caudilhismo representou em certos casos a defesa das estruturas socioeconômicas tradicionais, como também o artesanato e a indústria incipiente, contra elites burguesas que atuavam na exportação de matérias-primas, constituindo a típica burguesia ‘compradora’ [...] (Olivieri, 1993, p.157 apud Vicentino, 2006, p.328).

O terceiro item aqui escolhido para análise refere-se aos enfoques à participação de agentes outros nas lutas pelas independências, são eles: as mulheres, os indígenas e os escravizados. No que concerne às mulheres, apenas dois livros, “História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio” e “História, Sociedade e Cidadania”, fazem menção à participação delas nas emancipações, porém com nuances diversas.

O primeiro livro apresenta a participação feminina por meio de um diálogo com o presente, apontando para a participação das mulheres em movimentos guerrilheiros, como o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, atuantes no México e em Salvador respectivamente (Mota; Braick, 2002, p.310). A menção às mulheres atuantes nas independências é apresentada em um *boxe*, que contém a citação da obra “América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos” da autora Maria Lígia Prado. Segundo Prado:

[...] Em uma palavra, foi esquecido ou ocultado que as mulheres participantes dos movimentos pela independência atuaram num circuito claramente identificado com o da política, motivadas por ideias, sentimentos e crenças que as levaram a romper com os padrões sociais e religiosos vigentes. Sua notável coragem – especialmente nos momentos trágicos da prisão e condenação – indica que estavam preparadas para aceitar as consequências de suas escolhas [...] (Prado, 1999 apud Mota; Braick, 2002, p.311).

O outro livro, por sua vez, menciona a participação das mulheres nas independências de forma bem breve por meio de uma alusão à figura de Manuela Sáenz

contida em um *boxe* sobre a vida de Simón Bolívar, cujo texto foi retirado da obra “História da América Latina”, também escrito pela autora Maria Lígia Prado (Boulos, 2016, p.184-185).

Sobre os povos indígenas, sua participação em todos os livros é retratada restringindo-se ao caso mexicano, com o intuito de evidenciar não especificamente os povos originários, mas sim a participação popular na independência. Aponta-se que eles encorparam o movimento de independência popular iniciado pelo padre Hidalgo, em 1810, enfatizando, inclusive, que ele buscou a concessão de terras para os pobres, a exemplo daquelas que pertenciam à Igreja Católica (Boulos, 2016, p.187).

Em relação ao contexto do pós-independência, quando da formação dos Estados Nacionais, a única menção aos indígenas foi feita no livro “História: Volume 2”, contudo, não teve o intuito de destacar o lugar ocupado pelos povos autóctones nestes novos espaços políticos, mas sim apontar que os “movimentos populares com bandeiras ‘jacobinas’ ou indígenas foram massacrados” (Vainfas et al, 2016, p.53). Não houve sequer menção às violências sofridas pelos indígenas em eventos como as Campanhas do Deserto⁹ e a Conquista do *Wallmapu*¹⁰.

Em relação à participação dos escravos, nenhum dos livros abordou sua participação. Houve pequenas menções com o intuito apenas de destacar a permanência da escravidão no pós-independência ou a sua abolição onde ela não fosse usada, majoritariamente, como na atual Argentina (Vainfas et al, 2016, p.53).

Findada a análise dos livros, pode-se concluir que a forma com a qual este conteúdo é apresentado nos manuais didáticos aproxima-se bastante das reflexões atuais sobre a temática das Independências da América Hispânica, uma vez que apenas um dos exemplares aqui analisados aponta para a suposta existência de um pensamento independentista ao classificar a Revolta de Tupac Amaru como um movimento precursor (Vicentino, 2006, p.324). Porém, praticamente todos eles reiteram as discussões historiográficas mencionadas anteriormente ao apresentar a transição do autonomismo para o independentismo no contexto da formação das Juntas Governativas.

⁹ Momento em que o Estado Argentino, chefiado pelo general Júlio Roca, impôs sua territorialidade de forma brutal, a partir de 1878, sobre as atuais regiões dos Pampas e da Patagônia, ocupadas por povos indígenas.

¹⁰ Momento em que o Estado Chileno promoveu uma violenta campanha militar, de forma mais destacada entre os anos de 1879 a 1883, para a conquista da Araucanía, região ocupada majoritariamente pelos *mapuche*.

Há também pequenos resquícios e recorrências à “História de Bronze”, focada nos grandes líderes, mas essa escolha explica-se pela necessidade de apresentar ao mesmo tempo as figuras dos libertadores e as regiões que foram libertadas por eles. Sobre as discussões relacionadas à História Social, voltadas para a percepção da agência dos outros indivíduos, ainda há pouco espaço para estas reflexões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das décadas de 1980 e 1990, a Historiografia latino-americana voltou-se para o tema das Independências com o intuito de refletir sobre a permanência de certas abordagens consideradas anacrônicas e, sobretudo, de apresentar outras reflexões que contrapusessem as anteriores de modo a promover uma revisão do tema, destacando-se os trabalhos de nomes como Tulio Halperín-Donghi, José Carlos Chiaramonte, François-Xavier Guerra, Pierre Chaunu e tantos outros.

Transcorridos mais de 20 anos após estas proposições, pode-se dizer que a forma como o tema é veiculado nos manuais didáticos reflete essas mudanças. Algumas evidências dessa afirmação estão na predominância de uma abordagem voltada para a ausência de um sentimento independentista anterior às independências e do enfoque cada vez mais descentralizado das figuras dos grandes líderes.

No entanto, os espaços destinados a outros agentes, a exemplo das mulheres, dos indígenas e dos escravizados, ainda é exíguo. No artigo intitulado “A História ensinada: algumas configurações do saber escolar”, Ana Maria Monteiro aponta que as atualizações ocorrem bem lentamente em se tratando do Ensino de História (Monteiro, 2003, p.11), argumento que é reiterado por Helenice Rocha, que ainda alerta para o fato de que os conteúdos dos livros didáticos encontram-se intrincados, de modo a fazer com que a atualização de determinado tema levaria à necessidade de atualizar os outros (Rocha, 2020, p.98). Assim, pode-se dizer que é necessário ao mesmo tempo promover essas mudanças e aguardá-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁVILA, Alfredo. Las revoluciones hispanoamericanas vistas desde el siglo XXI. **Revista Digital de Historia Iberoamericana**, México, v.1, n.1, p.10-39, 2008.
- BOULOS, Alfredo. **História, Sociedade e Cidadania**. São Paulo: FTD, 2016.
- CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina. **A Escrita da História**. São Paulo: Escala Educacional, 2009.
- CHAUNU, Pierre. Interpretación de la independencia de América Latina. **Revista Secuencia de Historia y Ciencias Sociales**, México, v.9, p.154-172, 1987.
- CHUST, Manuel. Reflexões sobre as Independências Ibero-americanas. **Revista de História da USP**, São Paulo, n.159, p.243-262, 2008.
- GUERRA, François-Xavier. A nação na América espanhola: a questão das origens. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.9-30, 1999.
- MONTEIRO, Ana Maria F.C. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. **Revista História & Ensino**, Londrina, v.9, p.9-35, 2003.
- MORENO, Jean Carlos. Limites, escolhas e expectativas: horizontes metodológicos para análise dos livros didáticos de história. **Revista Antíteses**, Londrina, v.5, n.10, p.717-740, 2012.
- MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio**. São Paulo: Moderna, 2002.
- PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2020.
- ROCHA, Helenice A.B. Esfinge ou Caleidoscópio? O desafio da pesquisa em livros didáticos de História. **CLIO-Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v.38, p. 85-106, 2020.
- SILVA, Jeferson Rodrigo da. Livro didático como documento histórico: possibilidades, questões e limites de abordagem. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, n.5, p.177-197, 2011.
- VAINFAS, Ronaldo et al. **História: Volume 2**. São Paulo: Saraiva, 2016.
- VICENTINO, Cláudio. **História Geral**. São Paulo: Scipione, 2006.